

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.
Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Thiago Alexandre de Souza Silva', written over a grid of lines.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	4.232	2.055	48 Fornecedores	8	1.105	3.331
Fundos vinculados	5.b	841	776	Financiamentos	9	3.514	3.066
Contas a receber	6	3.981	3.798	Tributos a recolher		-	143
Adiantamento a fornecedores		203	119	Imposto de renda e contribuição social a recolher		266	524
Tributos a recuperar		90	-	Obrigações sociais e trabalhistas		108	10
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4	225	Provisão para ressarcimento	10	12	1.176
Despesas pagas antecipadamente		275	279	Dividendos a pagar	18	593	293
Estoques		1.278	929	Partes relacionadas	18	5.300	-
Partes relacionadas	18	3.652	-	48.1 Outras contas a pagar	18	970	158
Outras contas a receber		14	39				
Total do ativo circulante		14.570	8.220	Total do passivo circulante		11.868	8.701
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	-	2.076	Financiamentos	9	35.530	38.554
Fundos vinculados	5.b	5.591	5.252	Tributos a recolher		-	14
Depósitos judiciais		35	69	Total do passivo não circulante		35.530	38.568
Partes relacionadas	18	-	3.631				
Total do realizável a longo prazo		5.626	11.028	Total do passivo		47.398	47.269
Imobilizado	7	96.446	100.982	Patrimônio líquido			
Intangível		105	5	Capital social	11	65.453	70.977
Total do ativo não circulante		102.177	112.015	Reservas de lucros	11	3.896	1.989
Total do Ativo		116.747	120.235	Total do patrimônio líquido		69.349	72.966
				Total do passivo e patrimônio líquido		116.747	120.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita Operacional Líquida	12	20.345	20.569
Custos de operação	13	(12.911)	(13.220)
Lucro bruto		7.434	7.349
Despesas gerais e administrativas	14	(1.321)	(571)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		818	(412)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		6.931	6.366
Receitas financeiras	15	739	819
Despesas financeiras	15	(4.276)	(4.674)
		(3.537)	(3.855)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		3.394	2.511
Imposto de renda e contribuição social	16	(896)	(1.277)
Lucro líquido do exercício		2.498	1.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>2.498</u>	<u>1.234</u>
Outros resultado abrangentes	-	-
Resultado Abrangente total	<u><u>2.498</u></u>	<u><u>1.234</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>				<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	73.143	69	979	-	74.191
Redução de capital social	(2.166)	-	-	-	(2.166)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.234	1.234
Constituição de reserva legal	-	62	-	(62)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(293)	(293)
Reserva de retenção de lucros	-	-	879	(879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	70.977	131	1.858	-	72.966
Redução de capital social	(5.524)	-	-	-	(5.524)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.498	2.498
Constituição de reserva legal	-	127	-	(127)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(591)	(591)
Reserva de retenção de lucros	-	-	1.780	(1.780)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	65.453	258	3.638	-	69.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Resultado antes dos tributos		3.394	2.511
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de			
Atividades operacionais:			
Depreciação	7	4.542	4.667
Juros sobre financiamentos	9	3.880	4.202
Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado	9	286	287
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos vinculados	15	(773)	(802)
Outras receitas financeiras	15	(1)	(1)
Adições do ressarcimento	10	2.345	(1.661)
Atualização monetária de ressarcimento	10	-	49
Atualização monetária de depósitos judiciais		35	(16)
Lucro ajustado		13.708	9.236
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber	6	(1.282)	1.520
Outras contas a receber		25	75
Tributos a recuperar		(90)	-
Estoques		(349)	(593)
Depósitos judiciais		(1)	74
Adiantamento a fornecedores		(84)	582
Partes relacionadas		-	(1.753)
Despesas pagas antecipadamente		4	50
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	8	(2.226)	(554)
Obrigações sociais		98	(262)
Provisão para ressarcimento	10	(1.164)	-
Tributos a recolher		(157)	(145)
Outras contas a pagar		812	18
Caixa gerado pelas atividades operacionais		9.294	8.248
Pagamento de juros de financiamentos	9	(3.530)	(3.756)
Pagamento de IR e CS		(933)	(1.602)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.831	2.890
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras e fundos vinculados		370	2.231
Aquisição de intangível		(100)	(5)
Aquisição ao ativo imobilizado	7	(6)	(121)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		264	2.105
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de financiamentos	9	(3.212)	(2.937)
Mútuos financeiros com partes relacionadas		5.279	-
Pagamento de dividendos		(291)	(327)
Redução de capital	11	(4.694)	(2.338)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.918)	(5.602)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		2.177	(607)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	2.055	2.662
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	4.232	2.055
Varição no caixa e equivalentes		2.177	(607)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de agosto de 2014, estabelecida na Avenida Barão de Studart, 2360, sala 1004, Joaquim Tavora, cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Ventos de São Clemente 7, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia. Estas atividades são regulamentadas pela Aneel. A Companhia é Produtora Independente de Energia Elétrica, tendo autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95.

A controladora direta da Companhia é a Ventos de São Clemente Holding S.A. a qual detém 100% de participação do capital social da controlada. A controladora final do grupo é a Echoenergia Participações S.A.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Pedra e Caetés, no Estado do Pernambuco, constituída de 14 (quatorze) unidades geradoras de 1,845 MW, totalizando 25,830 MW de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
EOL Ventos de São Clemente 7	Port. 640/2014	28/11/2014	35 anos	25,830	13

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2036:

Empreendimento	Tipo (a)	Energia contratada (MWm)	Preço (b)	Prazo	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Ventos de São Clemente 7	LEN 3/2014	10,70	R\$ 231,7	20 anos	IPCA	Janeiro

(a) Leilão de Energia Nova.

(b) Valor em reais.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC, divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2025.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requerido nas normas.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber - Excedente ACR (nota explicativa 6) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das entradas de recursos dos contratos regulados e;
- Contas a receber - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (nota explicativa 6) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas.
- Imobilizado (nota explicativa 7) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para ressarcimento (nota explicativa 10) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 17) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por rentabilidade futura.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Novas normas e interpretações

A partir de 01 de janeiro de 2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais estão descritos abaixo, assim como seus impactos para a Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	OCPC 10	18/10/2024	01/01/2025	Trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração, e evidênciação de créditos de carbono, a serem observados pelas entidades. A Companhia irá aderir à orientação a partir de 01 de janeiro de 2025.
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	IFRS S1 e S2	12/09/2024	01/01/2026	Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.
Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas				A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia não realizará adoção antecipada da referida norma.
IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7: Instrumentos financeiros divulgação	IFRS 9 e IFRS 7	30/05/2024	01/01/2026	O IASB emitiu emenda aos IFRS 9 e IFRS 7 com alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares). A Companhia não realizará adoção antecipada da referida norma.

5 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios.

	2024	2023
Bancos conta movimento	1.070	241
Aplicações financeiras (a)	3.162	1.814
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.232	2.055

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 100,28% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2024 (100,01% em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Fundos vinculados

Os valores registrados como fundos vinculados representam contas-reserva destinadas à liquidação de dívidas, atendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva. Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar a nota explicativa 9.

Os fundos vinculados são classificados no ativo, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Reserva de pagamento (a)	841	776
Reserva da dívida (b)	2.634	2.348
Centralizadora (c)	478	569
Reserva O&M (d)	680	625
Reserva de dívida BNDES (e)	1.789	1.710
Reserva especial (f)	10	-
Total	<u>6.432</u>	<u>6.028</u>
Circulante	841	776
Não circulante	5.591	5.252

A seguir demonstramos a característica individual de cada conta reserva, bem como sua natureza conforme contratos de financiamento.

- (a) Reserva de pagamento:** Conta reserva mantida com objetivo de efetuar o pagamento da parcela da dívida. O montante representa o valor esperado de cada parcela semestral da escritura de debênture da controladora direta São Clemente Holding S.A. e é classificado no ativo circulante.
- (b) Reserva da Dívida:** Conta reserva mantida com o objetivo de garantir o pagamento da dívida de debêntures da controladora direta São Clemente Holding S.A. em caso de insuficiência de caixa. O montante representa o valor esperado de pagamento da próxima parcela da escritura e não é movimentado, devendo ser mantido até o final do contrato (adicional ao estabelecido no item a - Reserva de pagamento).
- (c) Centralizadora:** As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento.
- (d) Reserva de O&M:** Conta reserva destinada ao pagamento de O&M em caso de insuficiência de caixa, deve conter 1/4 do valor anual do pagamento de O&M.
- (e) Reserva de dívida BNDES:** Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNDES em caso de insuficiência de caixa, deve conter 3 vezes o valor da última parcela paga.
- (f) Reserva especial:** Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais e o saldo poderá ser utilizado para pagamento de dividendos aprovados pelos credores. Em Clemente, nos anos de 2025, 2029 e 2033, no primeiro dia útil de cada mês, serão transferidos da conta de Reserva especial para a conta Centralizadora da Companhia, 1/12 correspondente ao saldo total da conta de Reserva especial existente em primeiro de janeiro dos respectivos anos.

6 Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Transações MCP (a)	476	33
Transações Realizadas no ACR (b)	3.505	3.496
Excedente quadrienal em formação (c)	-	2.345
Total	3.981	5.874
Circulante	3.981	3.798
Não circulante (c)	-	2.076

- (a) **Transações MCP:** saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.
- (b) **Transações realizadas no ACR (Ambiente de Contratação Regulada):** Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sob delegação da ANEEL, e têm a finalidade de atender às demandas do Ambiente de Contratação Regulada.
- (c) **Excedentes formados e em formação:** Referem-se aos saldos a receber sobre a geração excedente dos contratos firmados no ambiente regulado, dos quais possuem mecanismos de liquidação e realização específicos de acordo com o leilão relacionado, para maiores detalhes da mecânica de cálculo desses valores, verificar a nota explicativa 10. Os valores apresentados no ativo não circulante compreendem os valores de excedente quadrienal em formação sobre contratos de venda de energia no ambiente regulado (ACR), onde o ciclo de encerramento contratual e consequente recebimento ocorrerá após 12 meses da data base de divulgação

a. Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não constituiu saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

b. Movimentação excedentes a receber

O excedente a receber é resultante de transações que ocorrem em parques eólicos operando exclusivamente no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), que participam de leilões na modalidade de disponibilidade. Esta modalidade estabelece, contratualmente, limites para as exposições, tanto positivas quanto negativas, da geração de energia em relação à receita fixada pelo leilão, incluindo a aplicação de bônus ou penalidades conforme as faixas de desvio.

Mensalmente são apurados os valores de exposição das usinas, quando há uma exposição positiva, é reconhecido o valor correspondente de excedente a receber, quando há exposição negativa, constitui-se complemento da provisão para ressarcimento, conforme nota explicativa 10.

Abaixo a movimentação do contas a receber de excedente, no exercício:

	Saldo 2022	Exclusões	Transferências	Saldo 2023	Exclusões	Transferências	Saldo 2024
Excedente formado	-	-	269	269	-	(269)	-
Excedente em formação	3.924	(1.579)	(269)	2.076	(2.345)	269	-
Excedente	3.924	(1.579)	-	2.345	(2.345)	-	-
Circulante	-			269			-
Não circulante	3.924			2.076			-

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos e juros sobre financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No exercício de 2024, a Companhia não identificou a necessidade de revisar a estimativa de vida útil dos ativos, pois não foram observadas alterações significativas em suas condições ou no ambiente operacional ao longo do exercício.

A Administração avalia os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores que os prazos de autorização dos parques eólicos.

Unidade de geração eólica – Pás	25 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	30 anos
Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft	20 anos
Unidade de geração eólica – Poste e torre	35 anos
Unidade de geração eólica – Transformador	40 anos
Construção e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos (geral)	26 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros".

a. Composição do ativo imobilizado

Os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

		2024			2023
	Vida útil	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	2.191	-	2.191	2.185
Máquinas e equipamentos	26 anos	123.820	(42.270)	81.550	85.642
Edificações, obras civis e benfeitorias	50 anos	15.003	(2.923)	12.080	12.515
Móveis e utensílios	10 anos	1.246	(622)	624	638
Equipamentos e processamento de dados	5 anos	22	(21)	1	2
Total		142.282	(45.836)	96.446	100.982

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 9.

b. Movimentações do ativo imobilizado

	Saldo em 2023	Adição	Depreciação	Saldo em 2024
Imobilizado em andamento	2.185	6	-	2.191
Máquinas e equipamentos	85.642	-	(4.092)	81.550
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.515	-	(435)	12.080
Móveis e utensílios	638	-	(14)	624
Equipamentos de processamento de dados	2	-	(1)	1
Total	100.982	6	(4.542)	96.446

	Saldo 2022	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo 2023
Imobilizado em andamento	2.156	121	(92)	-	2.185
Máquinas e equipamentos	89.662	-	-	(4.020)	85.642
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.979	-	92	(556)	12.515
Móveis e utensílios	725	-	-	(87)	638
Equipamentos de processamento de dados	6	-	-	(4)	2
Total	105.528	121	-	(4.667)	100.982

8 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e também através de provisões diversas.

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

	2024	2023
Materiais e serviços	687	606
Provisão com despesas de manutenção	160	207
Seguros	-	124
Fornecedores partes relacionadas	258	2.358
Outros	-	36
Total	1.105	3.331

9 Financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de financiamentos bancários. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do saldo de financiamentos

Financiamentos	Taxa de Juros	Vencimento	2024	2023
Financiamentos BNDES	2,55% a.a + TJLP	Junho/2033	39.044	41.620
Total			39.044	41.620
Circulante			3.514	3.066
Não circulante			35.530	38.554

b. Movimentação dos financiamentos

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	41.620	43.824
Juros incorporados a dívida	3.880	4.202
Custo de captação incorrido	286	287
Juros pagos	(3.530)	(3.756)
Amortização do principal	(3.212)	(2.937)
Saldo em 31 de dezembro	39.044	41.620

c. Obrigações contratuais - Covenants

O referido contrato possui cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização dos credores exceto contratos de mútuo celebrados entre a Controladora e a Companhia.
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização dos credores, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- Através da controladora direta São Clemente Holding S.A., manter durante toda a vigência do contrato Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD consolidado igual ou maior que 1,20.
- Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu todas as exigências qualitativas e quantitativas.

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	2024
2025	3.514
2026	3.683
2027	3.967
2028	4.271
2029 a 2039	23.609
Total	39.044

e. Garantias

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos.

10 Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é resultante de transações que ocorrem em parques eólicos operando exclusivamente no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), que foram contratados por meio de participação em leilões na modalidade de disponibilidade. Esta modalidade estabelece, contratualmente, limites para as exposições, tanto positivas quanto negativas, da geração de energia em relação à receita fixada pelo leilão, incluindo a aplicação de bônus ou penalidades conforme as faixas de desvio.

Mensalmente são apurados os valores de geração de energia elétrica e confrontados com a obrigação de geração com base na Garantia Física das usinas declarada e se verificado déficit são reconhecidos os valores de provisão de ressarcimento. O ressarcimento pode ser anual ou quadrienal, o que determina sua classificação é a faixa de exposição negativa que cada usina se enquadra, de acordo com a regra contratual. O período de apuração dos saldos anuais é de um ano a partir da data do contrato, ao final de cada ciclo esse valor é transferido para a rubrica de ressarcimento formado e sua liquidação ocorre no ano seguinte. Já o ressarcimento quadrienal tem período de apuração de quatro anos e ao final do ciclo os valores são transferidos para ressarcimento formado, porém sua liquidação ocorre ao longo dos próximos 24 meses.

Por se tratar de saldos de longo prazo, os ressarcimentos quadrienais são atualizados monetariamente ao longo dos anos.

A liquidação dos valores a pagar de ressarcimento, assim como, dos valores a receber em caso de excedente de geração, são realizados através da CCEE, a qual realiza o balanço energético mensal das usinas e a compensação dos valores entre seus agentes. Os valores não compensados são liquidados através de uma conta específica para transações com a CCEE.

Os desvios negativos de geração são registrados sob a rubrica 'Provisão para Ressarcimento', enquanto os desvios positivos são contabilizados em 'Contas a Receber', no subgrupo 'Excedente de Geração' (conforme Nota Explicativa 6). Ambos os registros têm como contrapartida a receita de venda de energia elétrica.

O leilão em que a Companhia participa como contraparte está descrito em detalhes na nota explicativa 1.1.

Detalhes sobre o reconhecimento dos saldos de excedente e ressarcimento são fornecidos na nota explicativa 12.

Constrained-off

O constrained-off é uma restrição involuntária de geração, determinada através de despacho por parte do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento da energia através de linhas de transmissão integrantes do Sistema Interligado Nacional – SIN., ou devido à redução de carga requerida, de modo a equilibrar a geração à demanda.

Em 2022, por meio da resolução normativa nº 1030, a ANEEL estabeleceu os critérios e metodologias para a apuração, classificando o constrained-off passível de ressarcimento e pagamento. Com isso, a Companhia procedeu ao reconhecimento dos valores apurados de acordo com a referida regra, os quais serão abatidos do valor total do ressarcimento a pagar, apresentando-se como redutor na rubrica de ressarcimento, identificado como "(-) Constrained off" nesta nota explicativa.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição e movimentação

	Saldo em 2023	Pagamentos (a)	Compensação (b)	Saldo em 2024
Ressarcimento formado	1.258	(1.164)	(82)	12
(-) Constrained-off	(82)	-	82	-
Ressarcimento	1.176	(1.164)	-	12

	Saldo em 2022	Adições (c)	Atualização monetária (d)	Saldo em 2023
Ressarcimento formado	1.209	-	49	1.258
(-) Constrained-off	-	(82)	-	(82)
Ressarcimento	1.209	(82)	49	1.176

(a) Pagamentos: Pagamento dos saldos de ressarcimento formado (anual e quadrienal), referente aos anos de 2019 e 2020, os valores estavam em aberto devido ao despacho 2023/2019 da Aneel, que suspendeu o pagamento dos ressarcimentos anuais e quadrienais a partir de agosto de 2019, aguardando a divulgação dos critérios para o reconhecimento do constrained-off.

(b) Compensações: Compensação dos saldos de ressarcimento e constrained-off, conforme calendário da CCEE.

(c) Adições: Não houve reconhecimento de provisão de ressarcimento em 31 de dezembro de 2024 referente à exposição no período, houve constituição de R\$ 82 de constrained-off a compensar em 31 de dezembro de 2023, após a consolidação dos procedimentos para apuração, conforme resolução normativa 1.030/2022.

(d) Atualização monetária: Atualização monetária pelo IPCA dos ressarcimentos quadrienal, no montante de R\$ 49 em 31 de dezembro de 2023.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 65.453 (R\$ 70.977 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 58.849.310 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (60.150.639 em 31 de dezembro de 2023).

Em 15 de fevereiro de 2024, através de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), houve redução de capital no montante de R\$ 5.524, sendo R\$ 4.694 com impacto em caixa e equivalente de caixa e R\$ 830 com impacto não caixa.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu R\$ 591 de dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 293 em 31 de dezembro de 2023).

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reserva legal

Será constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu o valor de R\$ 127 (R\$ 62 em 31 de dezembro de 2023).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia destinou R\$ 1.780 para reserva de retenção de lucros (R\$ 879 em 31 de dezembro de 2023).

12 Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos:

- (i) identificação do contrato com o cliente;
- (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato;
- (iii) determinação do preço da transação;
- (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e
- (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia da Companhia é registrada na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e é classificada no mercado:

- (i) ACR (Ambiente de Contratação Regulada) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Para os contratos negociados no ACR, os valores de geração excedente ou deficitária são reconhecidos com a mecânica abaixo:

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47- Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, à medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deve ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3%.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta de energia elétrica (a)	21.124	21.348
Total	21.124	21.348
Volume gerado em MWh	95.030	93.661
PIS	(139)	(139)
COFINS	(640)	(640)
Deduções da receita	(779)	(779)
Receita operacional líquida	20.345	20.569

(a) A receita bruta representa a venda de geração de energia própria

Abaixo demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
CCEAR (a)	19.374	21.276
MCP (b)	1.750	72
Total	21.124	21.348

(a) Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.

(b) Mercado de Curto Prazo decorrente do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, ajustando as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física, podendo ter um efeito positivo ou negativo.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Custos de operação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depreciação	(4.542)	(4.667)
Engenharia e gestão de processos O&M	(2.590)	(2.407)
Encargos de conexão e transmissão	(1.528)	(1.477)
Compra de energia	(459)	(726)
Gastos com pessoal	(1.726)	(1.966)
Locação e aluguéis	(585)	(584)
Serviços de terceiros	(304)	(373)
Seguros	(377)	(415)
Outros custos (a)	(800)	(605)
Total	<u>(12.911)</u>	<u>(13.220)</u>

(a) Referem-se à serviços de terceiros, impostos, taxas e alvarás diversos, locação e aluguéis e demais custos.

14 Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serviços de terceiros	(213)	(168)
Gastos com pessoal	(854)	(245)
Legais, judiciais e publicações	(129)	(65)
Outras despesas	(125)	(93)
Total	<u>(1.321)</u>	<u>(571)</u>

15 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias e IOF. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Rendimento de aplicação financeira	773	802
(Reversão) Atualização monetária depósitos judiciais	(35)	16
Outras receitas	1	1
Receitas financeiras	<u>739</u>	<u>819</u>
Juros sobre financiamentos	(3.880)	(4.202)
Despesa captação de financiamentos	(286)	(287)
Atualização monetária sobre o ressarcimento	-	(49)
Outras despesas financeiras	(110)	(136)
Despesas financeiras	<u>(4.276)</u>	<u>(4.674)</u>

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia executa atividades de geração de energia e opta pelo regime de tributação Lucro Presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta proveniente da venda de energia eólica e a razão de 100% sobre as receitas financeiras as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida em 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 896 (R\$ 1.277 em 31 de dezembro de 2023). O quadro abaixo demonstra as apurações com base no lucro presumido:

	2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	21.124	21.124
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.691	2.536
Demais receitas	774	774
Base de cálculo	2.465	3.310
Alíquota nominal (IRPJ 15%)	15%	9%
Alíquota nominal (CSLL 9%)	372	300
Base adicional IRPJ	2.241	-
Adicional (10%)	224	-
Corrente	596	300

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receita de operações com energia elétrica	21.348	21.348
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.708	2.562
Demais receitas	1.891	1.891
Base de cálculo	3.599	4.453
Alíquota nominal	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	540	401
Base de adicional do IRPJ	3.359	-
Adicional de IRPJ (10%)	336	-
Corrente	876	401

17 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cível (a)	3.962	3.670
Total	<u>3.962</u>	<u>3.670</u>

(a) Se referem às ações em que, os arrendatários onde os parques eólicos encontram-se instalados, pleiteiam indenizações morais e materiais em decorrência do funcionamento dos parque eólicos.

18 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios estão descritas abaixo:

a. Valores a receber

Ativo	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a receber partes relacionadas		
Ventos de São Clemente Holding S.A. (a) – Mútuos	3.631	3.631
Echoenergia Crescimento S.A. (b)	21	-
Total	<u>3.652</u>	<u>3.631</u>

b. Valores a pagar

Passivo	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores partes relacionadas		
Echoenergia Participações S.A. (b)	239	2.358
Barreiras XXI	19	-
Dividendos a pagar		
Ventos de São Clemente Holding S.A.	593	293
Mútuos financeiros		
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	4.000	-
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	650	-
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	650	-
Outras contas a pagar		
Ventos de São Clemente Holding S.A. – redução de capital	970	140

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Resultado

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado		
Compartilhamento de custos (b)	(468)	(502)
Compartilhamento de despesas (b)	<u>(1.016)</u>	<u>(537)</u>
Total	<u>1.484</u>	<u>(1.039)</u>

(a) Contrato de mútuo pactuado com a Controladora com a finalidade de suprir recursos para o pagamento do serviço da dívida das debêntures emitidas pela Controladora. O respectivo contrato não prevê incidência de juros.

(b) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a controladora Echoenergia Participações S.A. e com a parte relacionada Echoenergia Crescimento S.A.. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2025. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

a. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia.

19 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócio.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Fundos vinculados e aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam:
 - (i) mantidos para negociação no curto prazo;
 - (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente;
 - (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota abaixo.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

		2024		2023	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos e aplicações financeiras	5.a	1.070	3.162	241	1.814
Fundos vinculados	5.b	-	6.432	-	6.028
Contas a receber	6	3.981	-	5.874	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	8	1.105	-	3.331	-
Financiamentos	9	39.044	-	41.620	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (a)	2024		2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	5.a	Nível 2	4.232	4.232	2.055	2.055
Contas a receber	6	Nível 2	3.981	3.981	5.874	5.874
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	6.432	6.432	6.028	6.028
Fornecedores	8	Nível 2	1.105	1.105	3.331	3.331
Financiamentos	9	Nível 2	39.044	39.044	41.620	41.620
Total			54.794	54.794	58.908	58.908

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

20 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	4.232	2.055
Fundos vinculados	5.b	6.432	6.028
Contas a receber	6	3.981	5.874
Total		14.645	13.957

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

2024	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.105	(1.105)	(1.105)	-	-	-
Financiamentos	39.044	(39.044)	(3.514)	(3.683)	(12.836)	(19.011)
Total	40.149	(40.149)	(4.619)	(3.683)	(12.836)	(19.011)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço na venda de energia elétrica

A Companhia vende energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente do compromisso contratual da entrega de energia, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. A parcela substancial do compromisso contratual da entrega de energia está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices		2024	Sensibilidade				
			Provável	25%	50%	-25%	-50%
TJLP (a)		6,70%	6,70%	8,38%	10,05%	5,03%	3,35%
Risco de redução das taxas de juros e índices							
CDI (b)		11,05%	11,05%	13,81%	16,58%	8,29%	5,53%

Consolidado		Sensibilidade					
Risco de aumento (passivo)	Índice	2024	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Financiamentos	TJLP (a)	39.044	41.660	42.314	42.968	41.006	40.352
Impacto no resultado do exercício			2.616	654	1.308	(654)	(1.308)
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI (b)	9.594	10.654	10.919	11.184	10.389	10.124
Impacto no resultado do exercício			1.060	265	530	(265)	(530)

(a) Taxa de juros de longo prazo - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(b) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

21 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2025	2026	2027	2028 a 2037
CUST / CCT (a)	1.596	1.657	1.716	3.618
Contratos de O&M (b)	2.588	2.690	2.785	50.465
Total	4.184	4.347	4.501	54.083

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2024 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025 (julho/24 a junho/25) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

c. Aluguéis dos parques eólicos

A Companhia possui contrato de arrendamentos firmados até março de 2058, onde suas contraprestações são variáveis e calculadas com base na geração de energia.

22 Informações complementares ao fluxo de caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, estabeleceu que as transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>
Atividades de investimento		
Dividendos a pagar	18	591
Outras contas a pagar – redução de capital	18	830
Total		<u><u>1.421</u></u>

23 Cobertura de seguros

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Eventos subsequentes

Parada operacional

Em 19 de fevereiro de 2025, a Agência Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (“CPRH”) indeferiu o pedido de renovação da licença de operação (“LO”) do Complexo Eólico Ventos de São Clemente, resultando na interrupção temporária das operações do parque. Em 22 de fevereiro de 2025, a Companhia solicitou, por via administrativa, a reconsideração da decisão da CPRH relativa ao Indeferimento da Renovação da LO e impetrou mandado de segurança com o intuito de reestabelecer a licença de operação do Complexo Eólico Ventos de São Clemente. Em 26 de fevereiro de 2025, no âmbito do Mandado de Segurança, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco proferiu decisão interlocutória, a qual concedeu medida liminar em favor da Companhia, suspendendo o Indeferimento da Renovação da LO expedido pela CPRH e decidindo pelo prosseguimento do licenciamento ambiental do Complexo Eólico Ventos de São Clemente até o julgamento do recurso administrativo a ser analisado pela CPRH, permitindo a retomada das operações do parque.

Impacto Financeiro

A administração da Companhia avaliou o impacto da paralisação, que teve uma duração total de seis dias, e concluiu que não gerou impacto financeiro relevante ou material para as operações da Companhia.

Impacto em covenants financeiros

Todas as comunicações aplicáveis aos credores foram realizadas tempestivamente, tendo sido formalizada anuência nos seguintes termos:

- (i) 1ª e 2ª emissões de debêntures: concessão pde um prazo de 120 dias corridos, contados a partir da Assembleia Geral de Debenturista “AGD” de 25 de março de 2025, para que a Companhia obtenha a renovação definitiva da licença de operação.
- (ii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”): informou à Companhia que, com a concessão da medida liminar, fica suspenso o prazo de cura, não havendo qualquer impacto ou consequência para o contrato firmado entre as partes.

Renovação definitiva da licença de operação

A Companhia segue em tratativas diretas com o órgão ambiental para a obtenção da renovação definitiva da licença de operação. Como prática do setor, a realização do pedido dentro do prazo regulamentar garante a continuidade das operações da Companhia até a emissão da nova licença.

25 Outros assuntos

a. Certificação de crédito de carbono

Em 13 de dezembro de 2024, o complexo eólico São Clemente foi registrado pelo Global Carbon Council (GCC) e recebeu o selo Platinum. Com essa certificação, o complexo está apto a emitir créditos de carbono, que podem ser comercializados no mercado por empresas que buscam compensar suas emissões.

Diretoria Executiva

Liu Gonçalves de Aquino
Diretor Presidente

Raimundo Barretto Bastos
Diretor Financeiro

Claudy Marcondes dos Santos Junior
Diretor de gestão de energia

Leonardo de Carvalho Machado
Diretor de operações

Bruno Ortega Janjacomio
Gerente Contábil
CRC 1SP-331491/O-4